

Reforçar os Direitos...

Nos dias 18 e 19 de Março de 2013, em Bruxelas, sob a égide do Comissário Europeu para a Saúde e Defesa do Consumidor, Tonio Borg, realizou-se a “European Consumer Summit 2013” que contou com a participação de ministros e outros membros do governo de países da União Europeia (EU), incluindo Portugal, da Vice-Presidente da Comissão Europeia (CE), Viviane Reding, e de cerca de 450 parceiros representando associações de consumidores, associações empresariais, autoridades reguladoras e Centros Europeus do Consumidor de toda a UE (ver reportagem nas págs. 15 a 18). Nesta sua edição, a “European Consumer Summit” foi dedicada a uma reflexão estratégica sobre o reforço dos direitos dos consumidores na EU, um dos quatro objectivos principais da nova “Agenda do Consumidor Europeu” (ver resumo dessa “Agenda” na pág. 23). De acordo com as evidências obtidas nos estudos efectuados pela Direcção-Geral da Saúde e Consumidores da CE (a convite de quem “Anamnesis” assistiu à cimeira), apesar de todos os esforços até agora desenvolvidos na área da defesa do consumidor, continuam a existir diferenças substanciais nas condições de consumo existentes nos diferentes Estados-Membros da EU (e nos diferentes sectores económicos) e muitos indicadores de vários mercados internos europeus apontam mesmo para um baixo nível de confiança do consumidor. Também a emergência das novas tecnologias e novos modelos de negócio (em todas as áreas, incluindo a da Saúde), estão a tornar os produtos, serviços e canais de vendas cada vez mais sofisticados, obrigando os consumidores a fazer escolhas cada vez mais complexas. Para



Carlos Pina e Brito, Director da “Anamnesis” com o Comissário Europeu para a Saúde e Defesa do Consumidor, Tonio Borg.

além disso, a presente crise económica e social europeia*, implica um especial reforço na defesa dos direitos dos consumidores mais desfavorecidos. Como salienta o Comissário Europeu para a Saúde e Defesa do Consumidor, Tonio Borg, neste contexto, “precisamos de inventar soluções mais custo-eficientes para reforço da aplicação das regras, com base na partilha de recursos e experiência a nível nacional e Europeu bem como em sinergias entre os reguladores centrais e sectoriais e com outros parceiros, como os consumidores e as associações empresariais”.

Com a publicação desta reportagem da “European Consumer Summit 2013”,

“Anamnesis” dá seguimento, na sua versão impressa, à política editorial que tem vindo a seguir no Facebook (procurar em: Anamnesis - Revista Médica), onde são partilhadas com regularidade notícias e documentos relevantes sobre Saúde (incluindo Sistemas e Políticas de Saúde, Saúde e Segurança, Saúde e Consumidores, Saúde e Ambiente, e Saúde na União Europeia).

Queremos também chamar a atenção para o artigo de opinião “Ser Mulher é Ser-se Excluído Sem Alternativa?”, da autoria do colega M. M. Camilo Sequeira (págs. 20 a 22), que consideramos uma contribuição oportuna para um debate (também sobre Direitos, ou melhor a ausência deles e as ideologias, neste caso teístas, subjacentes a essa sonegação) ao qual,

como relativamente a outros aspectos da realidade social, o médico nunca deverá ser alheio**. A política editorial de “Anamnesis” relativamente aos artigos de opinião tem sido sempre a de publicar todos os artigos enquadráveis nas áreas da Medicina e da Saúde (encaradas numa vasta perspectiva bio-psico-social e não de um ponto de vista biomédico restrito), desde que respeitem a ética médica e jornalística e disponham de espaço disponível na revista para uma publicação em tempo útil. Isto porque, pensamos que todos os meios de comunicação (incluindo os especializados) deverão sempre constituir espaços de debate racional e ético de ideias (com a inerente pluralidade de opiniões).

Carlos Pina e Brito

* De acordo com a última análise trimestral do emprego e da situação social, efectuada pela CE (comunicado de imprensa de 26/03/2013), “o emprego e a situação social na UE mantiveram-se críticos no quarto trimestre de 2012 com o emprego a recuar de forma global e o desemprego a aumentar, ao passo que a situação financeira das famílias continua a ser preocupante (...) O desemprego voltou a aumentar em janeiro de 2013, para 26,2 milhões na UE (19 milhões na zona do euro), ou seja 10,8 % da população economicamente ativa (11,9 % na zona do euro). A disparidade no desemprego entre o Sul/periferia e o Norte da zona do euro atingiu uma diferença sem precedentes de 10 pontos percentuais em 2012. Na UE, o PIB contraiu-se 0,5 % no quarto trimestre de 2012, a maior contração desde o início de 2009. O emprego total na UE baixou 0,4 % em 2012, com uma evolução positiva perceptível apenas no trabalho a tempo parcial. Só no quarto trimestre de 2012 baixou 0,2 % em relação ao trimestre anterior (...) O Conselho Europeu de Março de 2013 confirmou que a luta contra o desemprego e as consequências sociais da crise continua a ser uma prioridade fundamental das políticas nacionais e da UE. Em Fevereiro de 2013, a Comissão apresentou um “Pacote de Investimento Social” que oferece orientações aos Estados-Membros sobre políticas sociais mais eficientes e eficazes para enfrentar os enormes desafios com que se confrontam (...). O pacote sublinhava que o investimento público no acolhimento de crianças, na educação ou no apoio ao envelhecimento ativo e saudável deve ser mantido ou intensificado mesmo quando os orçamentos nacionais são de contenção, dado que sem esses investimentos muitas pessoas não poderão participar na sociedade ou desenvolver o seu potencial económico (...)”

** Na área dos Direitos da Mulher, por ocasião do “Dia Internacional da Tolerância Zero Contra a Mutilação Genital Feminina” (6 de Fevereiro de 2013), Catherine Ashton, Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante da União para a Política Externa e de Segurança, Viviane Reding, Vice-Presidente e Comissária da UE responsável pela Justiça, Andris Piebalgs, Comissário da UE responsável pelo Desenvolvimento, Kristalina Georgieva, Comissária da UE responsável pela Cooperação Internacional, Ajuda Humanitária e Resposta a Situações de Crise, Cecilia Malmström, Comissária da UE responsável pelos Assuntos Internos e Tonio Borg, Comissário da UE responsável pela Saúde e Defesa do Consumidor, fizeram uma declaração conjunta salientando que: “a mutilação genital feminina constitui uma violação dos direitos do homem e dos direitos das mulheres e das raparigas. A nossa principal prioridade deve ser a prevenção, contribuindo assim para assegurar que nunca mais nenhuma jovem venha a sofrer esta violação traumática dos seus direitos. As disposições legislativas nacionais existentes, que proíbem esta prática devem ser complementadas com medidas de sensibilização quanto aos efeitos prejudiciais da mutilação genital feminina para a saúde física e psicológica das mulheres e das raparigas e com o estabelecimento de serviços de apoio às vítimas. É por esta razão que a União Europeia está a tomar medi-